

AVALIAÇÃO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO

Exercício 2014

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino - Governador

Carlos Orleans Brandão Júnior - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima - Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

Paulo Eduardo Pacheco Cardoso Ronchi - Subsecretário

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SPLAN

Eduardo Cássio Beckman Gomes - Secretário Adjunto do Planejamento e Orçamento

Maria da Graça Gomes Ximenes Aragão - Gestor do Sistema de Planejamento e Orçamento

Domingos José Carneiro Neto - Superintendente de Gestão de Planos e Orçamentos

Marcello A. Duailibe Barros - Superintendente de Assuntos Fiscais

Maria Júlia Sousa Carvalho - Superintendente de Normas

Tânia Maria Costa Macatrão - Superintendente de Programas

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Eduardo Cássio Beckman Gomes - Coordenação Geral

Domingos José Carneiro Neto - Coordenação Executiva

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Aline Ribeiro da Silva

Arlete Silva Serra

Claudio Braga

Cleonice Froes

Cristiane Assunção Martins Oliveira

Daniela Duailibe Barros Rêgo

Daniel R. Oliveira Sá

Jacksson dos Santos Pereira

Leonardo Borralho Araújo

Nayane de Assis Santana

Mônica Castro dos Santos

Paulo da Costa Carioca

Rosa Mariana Freire Silva

EDITORAÇÃO

Maria da Conceição Lima Silva

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, dando cumprimento ao que determina a Lei nº 9.533, de 16 janeiro de 2012 em seu art. 1º que institui Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e no art.12, parágrafo único determinando a avaliação anual do plano e o envio do seu respectivo Relatório de Avaliação para Assembleia Legislativa até 31 de março de 2015.

Desta forma, através deste documento, a SEPLAN, estabelece os procedimentos gerais e as orientações, etapas e atribuições de cada órgão e suas respectivas vinculadas, envolvido na gestão do plano, objetivando oferecer suporte para a elaboração da avaliação dos programas finalísticos contidos no PPA, exercício 2014, que subsidiarão a confecção do seu Relatório de Avaliação e encaminhado ao Poder Legislativo, portanto, é de suma importância que os responsáveis pela avaliação dos seus programas, tenham a compreensão do propósito do governo cumprir o prazo determinado pela Lei.

As informações que farão parte deste documento terão como fonte originária os diversos órgãos e entidades, responsáveis pela sua consistência e veracidade, contemplando os mais variados aspectos da atuação do Poder Executivo no exercício de 2014, sendo estruturadas em partes, assim compreendidas:

- Parte I – Contexto Macroeconômico;
- Parte II – Avaliação dos Programas pelos Órgãos Setoriais;
- Parte III - Avaliação de Desempenho dos Programas; e
- Parte IV – Avaliação do Plano

1. INTRODUÇÃO

O art. 5º da Lei nº 9.533/2012 estabelece que a gestão do plano observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas, desta forma, a avaliação se dará pelos órgãos setoriais que avaliarão seus programas e a SEPLAN tem a responsabilidade de avaliar o desempenho dos programas.

Dada a importância do PPA como um documento de alta importância dentro da hierarquia do planejamento de qualquer ente da Federação, principalmente, pelo fato de todos os demais planos e programas deve se subordinar às diretrizes, objetivos e metas estabelecidos nesse documento.

Com esta perspectiva a avaliação anual do plano assume uma importância para administração pública que pode ser traduzida em quatro objetivos:

- a) Prestar contas à sociedade: fornecendo informações qualificadas sobre o desempenho dos programas, ampliando a transparência das ações de governo;
- b) Corrigir rumos: assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do plano como um todo, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e implementação, atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados desejados junto ao público ocorram efetivamente;
- c) Auxiliar a tomada de decisão: quando conectada aos processos decisórios, proporciona informações úteis para melhoria da gestão por resultados;
- d) Promover o aprendizado: a avaliação amplia o conhecimento dos gerentes e suas equipes sobre o programa quanto à concepção, implementação, resultados e, sobretudo, em relação à satisfação do público alvo pela sua efetividade.

O § 1º, do art. 1º da lei que instituiu o PPA 2012-2015 considera para sua avaliação os seguintes atributos:

- I – diretrizes, as proposições e orientações norteadoras da ação de governo;
- II – objetivos, os resultados que se pretende alcançar através da realização das ações governamentais;
- III – metas, as especificações e as quantificações físicas dos objetivos estabelecidos;
- IV – programa, instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual e classificado como:
 - a) programa finalístico, objeto desta avaliação, do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade, pela Administração Pública Estadual que concorrem diretamente para a expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo;
 - b) de serviços ao estado, do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente ao Estado;
 - c) de gestão de política pública, destinado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação e ao controle dos demais programas sob a responsabilidade de determinado órgão;

d) de apoio administrativo, contemplando despesas de natureza tipicamente administrativa, as quais, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos outros programas, neles não foram passíveis de apropriação

V - indicador, medida, geralmente quantitativa, usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de forma simples, com razoável grau de certeza, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo;

VI – ação, menor nível de categoria de programação, corresponde a um instrumento necessário para alcançar o objetivo de um programa, podendo ser não orçamentária ou orçamentária, está classificada, conforme a sua natureza, em:

- a) atividade, quando envolver um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- b) projeto, quando envolver um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulte um produto que concorra para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- c) operação especial, quando envolver despesas que não contribuam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não gere contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

O processo de avaliação pode se defrontar com fatores internos e externos que podem se transformar em dificuldades para uma análise que retrate os reflexos de cada programa, motivado por, dentre outros:

- a) inobservância das orientações estratégicas de governo – visão, diretrizes e indicadores;
- b) inconsistência entre objetivos, ações, produtos, metas e público-alvo;
- c) inadequação dos indicadores de desempenho socioeconômicos definidos no painel;
- d) baixa integração entre os geradores de informações, monitores e avaliadores;
- e) conflitos, superposições e incompatibilidade entre o modelo de gestão do PPA e a estrutura formal existente;
- f) inobservância da gestão financeira ao planejamento;
- g) ausência de gestores de programas e coordenadores de ações;
- h) ausência de investimentos em capacitação; e
- i) ausência da cultura avaliativa sob as óticas da eficiência, eficácia e efetividade.

Assim, para avaliação do plano é fundamental adotar uma metodologia capaz de extrair, da melhor forma, as informações, tanto em nível gerencial quanto técnico, base para o processo de tomada de decisão.

2. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A Avaliação do PPA é um instrumento que se integra ao conjunto de ferramentas do modelo de gestão, portanto, não vem a ser somente a garantia da conformidade legal dos procedimentos ou aferição da capacidade de implementação dos programas, avaliar, significa comparar o esforço realizado com a demanda e a satisfação do beneficiário adequando crescentemente os programas governamentais à expectativa da sociedade.

Portanto, o procedimento avaliativo, na sua primeira parte, analisará **44 (quarenta e quatro) programas finalísticos, 12 (doze) ações do Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE** realizada pelos órgãos setoriais e vinculadas por eles responsáveis com o suporte e apoio da equipe técnica Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento – SPLAN.

A lei que instituiu o PPA 2012-2015, em seu art. 10, dispõe sobre o sistema de Gestão por Resultados do PPA 2012-2015 atribuindo a coordenação à SEPLAN com competência de definir diretrizes e orientações técnicas para o monitoramento e avaliação do PPA, desta forma, além do suporte técnico às setoriais, a Avaliação de Desempenho dos Programas e do Plano que compõem a segunda parte desse processo, bem como a Elaboração do Cenário Macroeconômico e a consolidação das informações, terceira parte, serão de responsabilidade da SEPLAN.

3. RESUMO DA METODOLOGIA - AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015, EXERCÍCIO 2014

Neste item trataremos do processo metodológico e do formato do relatório, sendo estruturadas em três partes, assim compreendidas:

PARTE I

3.1. Avaliação dos Programas Pelos Órgãos Setoriais

Nesta etapa as setoriais deverão preencher o **Formulário Modelo da Avaliação Setorial de Programas**, Anexo I, no formulário serão analisados os principais atributos do programa confrontando com os resultados/impactos alcançados analisando ainda a possibilidade da permanência e/ou exclusão dos mesmos no PPA 2016-2019.

3.1.1 - Identificação do Programa:

- a) Código e o Título;
- b) Órgão Responsável – tem a responsabilidade pelo gerenciamento do programa, mesmo quando for integrado por ações desenvolvidas por mais de um órgão (programa multissetorial);
- c) Órgãos Executores - Identifica o responsável pela execução de um determinado programa, podendo ser o próprio órgão responsável ou um órgão vinculado responsável.

- d) Problema - é a descrição da causa que o programa tem por objetivo enfrentar, inclusive com a explicitação das causas que lhe deram origem;
- e) Objetivo – vem ser a busca do resultado sobre o público alvo em que descreve a finalidade do programa com concisão e precisão, sempre mensurável por um indicador;
- f) Público Alvo – especifica os segmentos da sociedade ou grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores ao qual o programa se destina e que se beneficiam direta e legitimamente com sua execução;
- g) Dotação Orçamentária – somatório anual das ações (orçamentárias¹ e não-orçamentárias²) integrantes do programa, sendo o valor inicial que corresponde ao aprovado em lei e o atual referente à alteração orçamentária.

3.1.2. Diretriz(es) Associada(s) - as proposições e orientações norteadoras da ação de governo constantes no PPA;

3.1.3. Indicador(es) de Desempenho do Painel – serão utilizados os indicadores constante no Painel de Indicadores;

3.1.4. Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s) – são indicadores que os órgãos podem utilizar ou utilizam, que não estejam no Painel de Indicadores;

3.1.5. Avaliação Setorial dos Programas – sua análise se dará quanto ao enfoque da concepção, implementação e resultados;

3.1.5.1. Quanto à Concepção - a análise visa identificar os aspectos do Programa que influenciaram, positivamente ou negativamente, a implementação e a obtenção dos resultados.

Esta análise fornece subsídios para identificar possíveis adequações que ainda sejam necessárias, bem como a possibilidade de o Programa permanecer ou não no próximo PPA (Anexo --- Formulário 5.1).

3.1.5.2. Quanto à Implementação – busca correlacionar os fatores críticos de sucesso e insucesso na execução do Programa que interferiram na obtenção dos resultados (Anexo --- Formulário 5.2);

3.1.5.3. Quanto aos Resultados – as respostas para as questões deste bloco devem ser feitas fazendo uma reflexão acerca dos resultados do Programa no ano base de 2014. Todas as informações pertinentes e confiáveis deverão ser utilizadas para a avaliação do programa (Anexo I Formulário 5.3).

PARTE II

3.2. Avaliação de Desempenho dos Programas

Etapas de responsabilidade da equipe técnica da SEPLAN/SPLAN e fica definido na metodologia o procedimento da análise sob os princípios, previstos na Constituição Federal e Estadual nos artigos 74 e 53, respectivamente, da eficiência, eficácia e efetividade dos programas finalísticos.

¹ Ação que contribui para a consecução do objetivo do programa, gerando um produto (bem ou serviço) para uma parcela ou totalidade do seu público alvo e que demanda recursos orçamentários.

² Contribui para o alcance do objetivo, porém, não demanda recursos orçamentários do Estado.

Os instrumentos a serem utilizados: a avaliação dos programas pelos órgãos setoriais; problemas e objetivos; relatório de metas físicas e financeiras atualizadas no SISPCA.

3.2.1. *Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas*

3.2.1.1. *Quanto à Concepção*

3.2.1.2. *Quanto à Implementação*

3.2.1.2.1. *Quanto aos Resultados*

3.2.2. *Avaliação Física e Financeira (Eficiência)*

Eficiência é a medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta para um projeto, atividade ou programa frente a padrões estabelecidos.

Portanto, a avaliação física e financeira vem a ser a medida para cada ação do programa dada a vinculação do uso dos recursos orçamentários e financeiros para obtenção dos produtos por meio da relação entre a meta física planejada e a executada, expressada em percentagem, e calculado o valor médio que expresse a eficiência média do programa, sendo que o valor 1,0 corresponde a eficiência de 100% do programa, assim, a escala de valores adotada é a seguinte:

- a) > 1,0 – Muito Eficiente;
- b) = 1,0 – Eficiente;
- c) 0,99 a 0,50 – Média Eficiência; e
- d) < 0,50 – Baixa Eficiência.

3.2.3. *Avaliação de Custo do Produto - Eficiência*

Esta avaliação que considera o custo do produto que expressa, também, o princípio da eficiência, sua medida será obtida para cada ação através da relação entre o custo unitário do produto executado e o custo unitário planejado, expressado em percentagem, e calculado o valor médio que expresse a eficiência média do programa, o valor médio obtido igual a 1,0 corresponde a um custo eficiente, portanto, valores abaixo de 1,0 indicam maiores níveis de eficiência, significando que os custos unitários por produto foram menores, e acima de 1,0 o nível será de pouca eficiência, ou seja, os custos unitários foram maiores que o planejado (**Formulário de Desempenho de Programas – Anexo XXX**). A escala de valores:

- a) < 0,50 – Muito Eficiente;
- b) = 0,51 a 0,99 – Média Eficiência;
- c) = 1,0 – Eficiente; e
- d) > 1,0 – Pouco Eficiente.

3.2.4. Avaliação de Produto – Eficácia

Eficácia, medida do grau de atingimento das metas fixadas para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto

Este item se reporta a análise da obtenção da quantidade dos bens e serviços (produto) e está relacionado, especificamente, à meta física. Consiste na relação entre a quantidade do produto planejado e a quantidade do produto entregue à sociedade e expressa em percentagem, e calculado em valor médio que espelhe a eficácia média do programa. Nesta análise não se trata de se o programa é mais ou menos eficaz. Deve ser uma apenas uma relação de alcance de metas de 1,0 = 100% ou maior que 1,0 considerado eficaz (**Formulário de Desempenho de Programas – Anexo XXX**). A escala de valores adotada:

- a) $\geq 1,0$ – Eficácia; e
- b) $< 1,0$ – Não Eficácia

3.2.5. Avaliação de Resultados – Efetividade

3.2.5.1. Quanto às Diretrizes

3.2.5.2. Quanto aos Indicadores de Desempenho do Painel

3.2.5.3. Quanto aos Indicadores de Desempenho Intermediários

3.2.5.4. Quanto aos Impactos em Relação ao Público Alvo (Beneficiários)

Efetividade, medida do grau de atingimento dos objetivos que orientaram a constituição de um determinado programa, tendo como referência os impactos na sociedade e sua contribuição para os objetivos setoriais e/ou objetivos de governo.

Avaliação de resultados diz respeito ao alcance das orientações estratégicas de governo definidas no Plano Plurianual: visão estratégica, diretrizes e linhas estratégicas e indicadores de desempenho socioeconômicos e intermediários definidos pelo próprio órgão. A mensuração dos indicadores relacionada aos objetivos e o problema que orientaram a constituição do programa, terá como consequência a determinação dos impactos sobre o público alvo ou beneficiários.

3.2.6. Recomendações

3.2.7. Conclusão

PARTE III

4. AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação do Plano será feita pela SEPLAN através dos técnicos da SPLAN envolvidos no processo de avaliação e contemplará um balanço dos grandes números do Plano.

5. PADRONIZAÇÃO DO RELATÓRIO

O Relatório a ser elaborado obedecerá ao padrão de formatação utilizado em documentos oficiais. Basicamente em Word, papel A4, letra Times New Roman, tamanho 12, margens: direita de 2 cm, esquerda 3 cm e espaçamento 1,5 cm.

6. PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENVIO/CONTATO

Enviar para a SEPLAN até o dia 9 de março de 2015 na forma impressa, para a SPLAN na forma eletrônica para os e-mail's a seguir:

☐ SEDEL/SEMU: NAYANE (nayanesantana12@gmail.com; 98 3218 2123)

☐ SECMA/SETRES/SEDES/SEDIHC: ALINE/ROSA MARIAN

(alineribeiro20yahoo.com.br/98 3218 3219);

(rmariana2005@hotmail.com/98 3218 2113)

☐ SSP/SEJAP: ARLETE /LEONARDO:

(etelra2013@gmail.com/9 3218 2200);

(leo-gtb@hotmail.com/98 3218 2205)

☐ SINFRA/SECID/SEME: DANIELA/LEONARDO

(dani.duailibe@hotmail.com/ 98 3218 2107);

(leo-gtb@hotmail.com/ 98 3218 2205)

☐ SAGRIMA/SETUR/SEDINC/SEPAQ:CRISTIANE/CLAUDIO

☐ (cristianeoliver2000@yahoo.com.br/ 98 3218 2175)

☐ (braga@seplan.ma.gov.br/98 3218 2107)

☐ SEDUC/SECTEC: PAULO CARIOCA/JULIA:

(carioca@seplan.ma.gov.br; pccarioca@globo.com/ 98 3218 2175)

(m.juliasc@hotmail.com/ 98 318 2205)

☐ SES: AURICELIA/TANIA/MONICA

(auricelia.sa@gmail.com 98 3218 2113)

(tmacatrao@hotmail.com/ 98 3218 2114)

(monicacastro99@bol.com.br 98 3218 2200)

☐ CRISTIANE BESSA- SEPLAN

GRUPO DE APOIO TÉCNICO

☐ DOMINGOS CARNEIRO

domingos@seplan.ma.gov.br; domingosjcarneiro@gmail.com / 98 3218 2232)

☐ CLEONICE FROES

(froes.cleo14@gmail.com/ 98 3218 2107)

☐ MARCELO DUAILIBE

(marcelloduailibe@hotmail.com/ 98 3218 2205)

☐ JACKSON

(jackskiter@hotmail.com/ 98 3218 2205)

☐ DANIEL ROOSESEVELT

(danielroosesevelt@hotmail.com/ 98 3218 2205)

7. CRONOGRAMA

Atividades Desenvolvidas	Responsável	Produto	Mês / Período	
			FEV/ 2015	MAR/2015
1-Reunião para discussão da metodologia a ser adotada para elaboração dos relatórios setoriais	Equipe Técnica da SGPO	Reunião realizada	09	-
2-Reunião para definição da estrutura do Roteiro de Orientação Metodológica para Avaliação do PPA 2012/2015	Equipe Técnica da SGPO	Roteiro Proposto	10	-
3-Reunião para socialização do Roteiro Metodológico de Avaliação do Relatório Setorial	Equipe Técnica da SPLAN	Reunião realizada / Roteiro de socializado	11	-
4-Reunião de aprovação do Roteiro de Orientação Metodológica para Avaliação do PPA 2012-2015	Equipe Técnica da SPLAN Secretário Adjunto	Roteiro analisado e validado da equipe da SPLAN	12	-
5- Envio de Convite aos órgãos setoriais por meios de comunicação: fone, e-mail para reunião.	Equipe Técnica da SGPO	Mensagens emitidas	19	-
6-Reunião com os Representantes Setoriais sobre a Elaboração do Relatório de Avaliação do PPA-Exercício 2014	SPLAN / Supervisores, assessores, Superintendentes.	Reunião realizada	23	-
7-Atualização das Metas físicas no SISPCA pelas setoriais	Órgãos setoriais e vinculados	Sistema Atualizado	24 a 27	-
8-Avaliação dos Programas pelas setoriais através do Preenchimento dos questionários de avaliação	Órgãos setoriais e vinculados	Questionário preenchido e validado pelas setoriais	24	9
9- Análise e validação dos formulários enviados pelas setoriais	Equipe Técnica da SPLAN/SGPO	Questionário analisado e validado pela SPLAN/SGPO	-	10 a 16
10-Elaboração de Relatório pela ferramenta BO e SISPCA para subsidiar a elaboração do Relatório Setorial de Avaliação	SGPO / SEATI	Relatório elaborado	-	17
12 - Elaboração da Parte I do Relatório de Avaliação relativo ao Contexto Macroeconômico	Superintendência de Assuntos Fiscais e IMESC	Relatório elaborado	-	17
13- Atualização do Painel de Indicadores do PPA	IMESC	Indicadores atualizados	-	17
10- Elaboração da Parte II do Relatório de Avaliação Setoriais e da Parte III referente à Avaliação do Plano	Equipe Técnica da SPLAN/SGPO	Relatório elaborado	-	20
11-Reunião para apresentação e aprovação do Relatório analisado pela equipe da SPLAN Avaliação do PPA 2012-2015	Grupo de Trabalho/Secretário Adjunto	Versão analisada e consolidada pela equipe da SPLAN	-	23
12. Sistematização do Relatório de Avaliação, Formatação Final e Envio para Impressão Gráfica.	Equipe Técnica da SGPO	Relatório sistematizado	-	26
13. Envio do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, Exercício 2014 à Casa Civil e desta à Assembleia Legislativa.	Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento e Secretário Chefe da Casa Civil	Relatório Enviado	-	30

ANEXO I

FORMULÁRIO MODELO

AVALIAÇÃO SETORIAL DOS PROGRAMAS

PARTE I – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PROGRAMA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

CÓDIGO: 0XXX – TÍTULO:

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

UNIDADES EXECUTORAS:

PROBLEMA:

OBJETIVO:

PÚBLICO ALVO:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00): Inicial: Atual: Variação: (%)

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2014		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2014	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS PELOS ORGÃOS SETORIAIS

5.1 - Quanto à Concepção

A - O problema identificado em relação a situação analisada continua atual? Sim.____ Não. ____ Por quê?	B - O objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível com a solução do problema? Sim.____ Não. ____ Por quê?
C - O público alvo (beneficiários) está corretamente caracterizado e delimitado? Sim.____ Não. ____ Por quê?	D - As ações estão suficientes para atender o objetivo do programa? Sim.____ Não. ____ Por quê?
E - As metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa? Sim.____ Não. ____ Por quê?	F - Os produtos (bens e serviços) das ações foram bem definidas para mensuração das metas? Sim.____ Não. ____ Por quê?
G - Foi prevista alguma avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política associada ao setor? Sim.____ Como? Não ____ Por quê ?	H - Foi prevista avaliação do programa por representações do público alvo(beneficiários)? Sim.____ Como? Não ____ Por quê?
I - O programa tem ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE? Sim ____ Não ____	J - A ação “Gestão do Programa” contribuiu para melhorar a gestão do programa? Sim.____ Não. ____ Por quê?
K - O programa utilizou subtítulos em suas ações para localização dos gastos? Sim ____ Informe abaixo. Não ____ Por quê? a) No Estado do Maranhão? Sim.____ Não. ____ Por quê? b) Nas Regionais? Sim. ____ Não. ____ Por quê? c) Nos Municípios? Sim. ____ Não. ____ Por quê?	L - O programa tem alguma ação intersetorial? Sim.____ Qual e Como? Não. ____ Por quê?

5.2 - Quanto à Implementação

A - Existe autonomia gerencial institucionalizada especificamente para o programa?
Sim. ____ Qual e Como? Não. ____ Por quê?

C - O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas?
Sim. ____ Não. ____ Por quê?

E - Foram formadas parcerias institucionalmente para implementação do programa?
Sim. ____ Qual(is) e Como? Não. ____ Por quê?

G - O programa teve materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação?
Sim. ____ Não. ____ Por quê?

I - A ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE teve algum tratamento prioritário na implantação do programa?
Sim ____ Qual? Não ____ Por quê?

B - O orçamento inicial aprovado destinado ao programa foi suficiente para o cumprimento das metas previstas?
Sim. ____ Não. ____ Por quê?

D - As cotas financeiras foram liberadas conforme previsto na programação orçamentária aprovada?
Sim. ____ Não. ____ Por quê?

F - O programa contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução?
Sim. ____ Quantos? Não. ____ Por quê?

H - O programa teve infraestrutura e logística em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação?
Sim. ____ Não. ____ Por quê?

5.3 - Quanto aos Resultados

A - Os resultados gerados pelo programa foram submetidos a apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão?
Sim ____ Como? Não ____ Por quê?

C - Os resultados obtidos pelo programa lançados no SISPCA são compatíveis com aqueles existentes no PPA, LDO e LOA?
Sim. ____ Não. ____ Por quê?

E - Foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários(público alvo) sobre os resultados do programa?
Sim. ____ Como? Não. ____ Por quê?

G - Cite os três fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa?

I - Cite os três principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa?

K - A meta física prevista para cada ação do programa foi cumprida?
Sim. ____ Informe e justifique no quadro abaixo. Não. ____ Por quê?

B - Os resultados alcançados pelo programa foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas? Sim. ____ Quais e Como? Não. ____ Por quê?

D - Houve participação social dos beneficiários(público alvo) do programa durante a sua execução?
Sim. ____ Como? Não. ____ Por quê?

F - Os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão e entidades vinculadas?
Sim. ____ Não. ____ Por quê?

H - Cite três contribuições dadas pelos resultados do programa em atendimento das orientações estratégicas de governo(Diretrizes)?

J - A meta prevista, especificamente, para a ação do programa incluída no Plano de Desenvolvimento Estruturante do Maranhão – PDE foi cumprida?
Sim ____ Não ____ Por quê?

Unidade Orçamentária/Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Resultado			Justificativa
					1 – Superação (%)	2 - Cumprimento da Meta		
						A	B	

1. Superação = acima do previsto em %

2. Cumprimento da Meta:

A) dentro do previsto de 80% a 100%

B) abaixo do previsto de 50% a 79%

C) muito abaixo do previsto de 1% a 49%

6 – Conclusão sobre o Programa

6.1 De acordo com a avaliação realizada, o programa deve ser mantido? Sim. ____ Justifique? Não ____ Justifique?

ANEXO II

FORMULÁRIO MODELO

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O540 – GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO MÍNERO-ENERGÉTICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:			
UNIDADES EXECUTORAS:			
PROBLEMA:			
OBJETIVO:			
PÚBLICO ALVO:			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00):	Inicial:	Atual:	Variação (%):

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2014		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2014	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

5.1.2 Quanto à Implantação

5.1.3 Quanto aos Resultados

COMENTARIOS GERAIS:

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)

COMENTÁRIOS**5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência**

Unidade Orçamentária /Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência

COMENTÁRIOS**5.4 -- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia**

Unidade Orçamentária/Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A

COMENTÁRIOS

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 – Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

6 – RECOMENDAÇÕES

ANEXO III
PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL DO MARANHÃO – PDE
Ações constantes na LDO 2014

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: FES / Unidade Central

Programa: 0559 – Atenção Integral à Saúde

Ação: 3128 Expansão da Rede Assistencial do SUS

Produto: Unidade de Saúde construída (unidade)

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
21	57.000.000	21	64.798.607	15	9.190.000	21	84.467.623

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde

Unidade Orçamentária: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA

Programa: 0552 – Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Ação: 1068 Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água

Produto: Sistema ampliado/melhorado (unidade)

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
143	218.170.293	43	138.750.000	12	107.562.000	12	252.559.382

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde

Unidade Orçamentária: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA

Programa: 0552 – Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$

Ação: 1706 Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário

Produto: Sistema implantado (unidade)

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde

Programa: 0552 - Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Ação: 1069 Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgotamento Sanitário

Produto: Sistema ampliado/melhorado (unidade)

6	140.142.740	6	68.500.000	6	30.500.000	12	162.232.737
---	-------------	---	------------	---	------------	----	-------------

2012

2013

2014

2015

Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
------	-----	------	-----	------	-----	------	-----

3	4.300.000	12	81.250.000	6	55.581.165	3	4.977.787
---	-----------	----	------------	---	------------	---	-----------

Órgão: Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Programa: 0120 - PORTO - Porta Facilitadora de Negócios

Ação: 1688 Ampliação e Modernização do Porto

Produto: Área portuária ampliada/modernizada (m²)

Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
69.570	41.742.000	74.830	45.872.000	82.500	49.500.000	86.635	48.321.583

Órgão: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Programa: 0137 - Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos

2012

2013

2014

2015

Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
------	-----	------	-----	------	-----	------	-----

Ação: 1671 Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas

Produto: Via Urbana pavimentada (M²)

Órgão: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Programa: 0531 – Logística e Transportes

Ação: 3014 Restauração de Rodovias

Produto: Rodovia Restaurada (km)

Órgão: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Programa: 0531 – Logística e Transportes

Ação: 3093 Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias.

Produto: Rodovia Implantada, Melhorada e pavimentada (km)

Órgão: Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano

Programa: 0553 – Habitação e Urbanismo

Ação: 3098 Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados

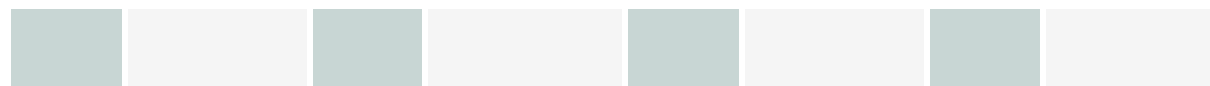
100.000	6.000.000	33.333	6.280.000	250.000	15.000.000	44.673	7.263.619
---------	-----------	--------	-----------	---------	------------	--------	-----------

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
601	131.033.490	564	36.583.374	126	37.840.000	496	270.031.442

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
0	163.260.000	55	21.000.000	8	5.000.000	0	309.044.405

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
2.700	72.893.907	6.000	167.372.064	400	92.902.434	500	23.459.718

Produto: *Unidade habitacional adequada disponibilizada (unidade)*



Órgão: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Unidade Orçamentária: Universidade Virtual do Maranhão

Programa: 0568 – Maranhão Profissional
 Ação: 3142 Ensino, Inclusão e Empreendedorismo
 Produto: Profissional capacitado (unidade)

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
25.000	22.000.000	25.000	42.000.000	50.000	42.000.000	25.000	27.000.000

Órgão: Secretaria de Estado da Educação

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação

Programa: Garantia do Acesso à Escola
 Ação: 3084 Expansão e Melhoria da Infraestrutura
 Produto: Sala de aula construída e aparelhada (unidade)

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
88	8.850.000	174	49.716.481	247	24.782.542	135	13.607.209

Órgão: Secretaria de Estado da Educação

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação

Programa: Melhoria da Qualidade do Ensino e Aprendizagem
 Ação: 3085 Correção do Fluxo Escolar
 Produto: Escola atendida (unidade)

2012		2013		2014		2015	
Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
35.000	1.500.000	43.000	3.800.000	38.260	1.645.200	53.814	2.306.307

ANEXO IV
DIRETRIZES DE GOVERNO – PDE
Constantes na PPA 2012-2015 (Pág. 65)

O Plano Plurianual 2012-2015, respeitando o disposto no artigo 136, § 1º, da Constituição do Estado, apresenta as seguintes diretrizes:

Erradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais

A noção de pobreza tratada no âmbito deste Plano está associada diretamente à insuficiência de renda, pois ela está assim definida dentro dos Objetivos do Milênio.

A Constituição Estadual estabelece em seu artigo 3º que “O Estado orientará sua atuação no sentido da regionalização de suas ações, visando o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais”. É com base neste princípio Constitucional e nos resultados dos estudos realizados pelo IPEA, sobre a pobreza do Maranhão, que será norteada a ação de governo para o combate à pobreza.

A principal fonte da pobreza no Maranhão guarda maior relação com a escassez agregada de recursos que com a má distribuição dos recursos existentes. Daí a necessidade de se desenvolver políticas que explorem as oportunidades existentes para a população pobre.

As políticas estruturais terão maior volume de recursos que as compensatórias. A atuação do governo nestas políticas será mais de reforço àquelas amplamente ofertadas pelo Governo Federal.

Considerando a importância mediadora da educação, no contexto da pobreza maranhense serão fortalecidas as ações de acesso à educação, acompanhando enfrentando os desequilíbrios no que diz respeito às regiões de planejamento, principalmente no que se refere ao recorte urbano/rural. Assim, é importante o acompanhamento regionalizado das metas, além de estratégias específicas para a população rural.

As políticas públicas serão direcionadas com objetivo de dar maior equilíbrio entre os investimentos no capital físico e capital humano, disponibilizando a tecnologia e a ciência para servir as às grandes massas marginalizadas, melhorar a produtividade e, finalmente, criar mercado para essa população.

Linhas estratégicas

- » Garantir o acesso à educação de qualidade, com foco prioritário no ensino médio e profissionalizante;
- » Integrar e articular as políticas, programas e ações de governo;

- » Promover a inclusão produtiva do trabalhador mediante a qualificação profissional e a assistência técnica para agricultores familiares;
- » Melhorar a renda do trabalhador;
- » Fortalecer a infraestrutura social de educação, saúde e de assistência social;
- » Promover a autonomia exigida e desenvolvida no mundo do trabalho, para as condições gerais de vida do indivíduo, de modo a desenvolver o homem em sua totalidade.

Erradicar o Analfabetismo

Os indicadores apontam para uma profunda desigualdade na oferta de oportunidades educacionais e para a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no Estado. O Maranhão possui cerca de 20% da população com mais de 15 anos analfabeta.

É necessário desenvolver capacidades e competências para enfrentar a transformação dessa realidade e modificar a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Os conceitos e metodologias para erradicação do analfabetismo a serem adotados pelo estado estão em consonância com as orientações do Plano Nacional de Educação.

A idéia é desenvolver o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e a escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida, de fruição do tempo livre e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às nove séries do ensino fundamental.

É indispensável a participação solidária de toda a comunidade, com o envolvimento das organizações da sociedade civil diretamente relacionadas à temática. É necessária, ainda, a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente.

A integração dos programas de educação de jovens e adultos com a educação profissional aumenta sua eficácia, tornando-os mais atrativos. É importante o apoio dos empregadores, no sentido de considerar a necessidade de formação permanente – o que pode dar-se de diversas formas: organização de jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar; concessão de licenças para frequência em cursos de atualização; implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho.

Linhas estratégicas

- » Promover a reestruturação e criar, na Secretaria de Estado da Educação, setor próprio incumbido de promover a educação de jovens e adultos, motivando as secretarias municipais de educação a adotarem medida semelhante;
- » Incentivar programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo;
- » Mapear a população analfabeta, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho da mesma, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população;
- » Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade;
- » Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos.

Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esportes

A Educação tem sido foco de amplos debates nas diversas instâncias de poder do Estado e pela sociedade maranhense em geral. A justificativa para tanta preocupação pode ser explicada pela análise dos indicadores educacionais.

Este é um desafio que o Poder Executivo Estadual não resolverá de forma isolada, com a estrutura da sua rede educacional. Trata-se de um compromisso bastante ambicioso para um estado com graves déficits quantitativos e qualitativos em, praticamente, todos os níveis de ensino, e cuja população tem uma das maiores taxas de analfabetismo absoluto do país.

As ações do Governo do Estado passam pelo alinhamento com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020, num processo articulado entre as três esferas de governo, lembrando que a atuação dos municípios está mais relacionada à educação infantil e ao ensino fundamental; o Estado, ao ensino médio; e a União, à articulação de políticas.

O Plano Plurianual 2012-2015 busca assegurar que os compromissos do Estado do Maranhão sejam compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE. Para tanto, a programação da Secretaria de Estado da Educação se alinha ao Plano Nacional de Educação, de modo a viabilizar sua plena execução.

As ações planejadas são direcionadas para a aprendizagem dos alunos e garantem a qualidade da educação em suas etapas e modalidades. Nessa direção, potencializa o trabalho da escola, por meio de ações que promovam a valorização dos profissionais da educação e da melhoria dos indicadores de desempenho educacional do Maranhão.

A implantação de infraestrutura esportiva qualificada e adequada, conduzida a partir de um processo articulado no âmbito dos órgãos governamentais do Estado e em parceria com outras esferas de poder, objetiva incentivar o esporte como prática saudável e inclusiva, e oportuniza a consolidação do órgão gestor específico de esporte e lazer no Maranhão.

A educação física e o esporte escolar são reconhecidos como práticas privilegiadas para o exercício da cidadania, à medida que proporcionam uma formação qualificada pela emancipação do ser humano, que resulta na construção de uma identidade subjetiva do ser para o trabalho, para o lazer, para a criatividade e para a consciência de ser saudável.

Linhas estratégicas

- » Universalizar o atendimento escolar;
- » Melhorar a qualidade do ensino;
- » Viabilizar as condições de formação para o trabalho;
- » Estabelecer meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- » Valorizar os profissionais da educação;
- » Difundir os princípios da equidade, do respeito à diversidade e da gestão democrática na educação;
- » Universalizar, incluir socialmente e desenvolver os seres humanos pelo esporte;
- » Tratar o esporte como elemento promotor do desenvolvimento econômico e nacional;
- » Elevar o nível cultural esportivo da população;
- » Propor uma política estadual de valorização profissional para o esporte e lazer, que, de forma articulada, assegure melhores condições de trabalho, formação contínua e jornada de trabalho adequada.

Universalizar os Serviços da Saúde com Qualidade e Humanização no Atendimento

O Governo do Maranhão apresenta em seu Plano Plurianual 2012-2015, um pacto em torno de prioridades e resultados, para garantir a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, de saúde da população maranhense. Por este compromisso, o Governo reafirma os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS inscritos na Constituição de 1988, além de reforçar o SUS enquanto política de Estado.

Entre as diretrizes operacionais da ação de saúde do Governo, destacam-se a descentralização, a regionalização, o financiamento, o planejamento, a programação pactuada integrada, a regulação da atenção à saúde, a participação e o controle social, a educação em saúde e o firme compromisso com a equidade dos investimentos.

O PPA 2012-2015 é o instrumento de orientação da política do setor, sendo sua operacionalização assegurada através da pactuação com técnicos da área, gestores, prestadores de serviço e importantes setores da sociedade. Trata-se de um documento em permanente construção, onde a dinâmica da situação de saúde impõe constante atualização das ações e metas.

Na perspectiva da sociedade, cabe ao Conselho Estadual de Saúde estabelecer mecanismos de acompanhamento do cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas para o período de vigência deste documento.

Linhas estratégicas

- » Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS, usando estratégias para assegurar qualificação na assistência e no acompanhamento dos municípios;
- » Reorganizar a atenção especializada, visando garantir a integralidade da atenção, a estruturação da rede de atenção às urgências e o incremento do sistema estadual de transplantes;
- » Regionalizar a oferta de tecnologia de maior complexidade observando as necessidades locais e garantindo o acesso universal à sua utilização;
- » Qualificar e humanizar a atenção à saúde;
- » Expandir e efetivar a atenção básica;
- » Expandir e efetivar a atenção de média complexidade de saúde;
- » Reorganizar a atenção hospitalar e de alta complexidade;
- » Reorganizar a atenção e o atendimento de urgências e emergências;

- » Reduzir a morbimortalidade decorrente das doenças e agravos prevalentes, considerando a realidade, o perfil epidemiológico de cada região e os grupos populacionais mais expostos;
- » Promover a atenção à saúde de grupos populacionais mais vulneráveis mediante a adoção de medidas que contribuam para sua qualidade de vida;
- » Consolidar a vigilância em saúde no SUS;
- » Reforçar a vigilância e controle das zoonoses;
- » Prevenir e controlar a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- » Fortalecer a capacidade de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis;
- » Prevenir e controlar doenças crônicas específicas;
- » Fortalecer ações de saúde, na avaliação e vigilância dos fatores de risco e das doenças.

Reestruturar o Sistema de Segurança Pública e Reduzir a Criminalidade

A solução para a complexa e desafiadora questão da segurança exige uma efetiva atuação do Governo do Estado, no sentido de promover o envolvimento dos diferentes órgãos governamentais, em todos os níveis de poder e diferentes instâncias de governo, bem como de entidades privadas e da sociedade civil.

Dentro deste contexto, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, órgão coordenador do Sistema Estadual de Segurança Pública, vem desenvolvendo medidas que visam integrar e aperfeiçoar a atuação dos demais órgãos integrantes do sistema num enfoque de mútua colaboração.

Linhas estratégicas

- » Valorizar o profissional da segurança pública com o objetivo de favorecer a auto-estima, prevenir comportamentos inadequados e aumentar o nível de saúde física e mental dos profissionais desse segmento;
- » Aparelhar, descentralizar e modernizar as ações do Sistema Estadual de Segurança;
- » Executar projetos específicos que objetivam prioritariamente fortalecer as ações de controle e participação social e a implementação de ações do poder público, integradas com agentes da sociedade civil, de modo a promover a cidadania nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Fomentar a Diversidade Artística e Preservar o Patrimônio Cultural

O ponto de partida para formulação da política cultural do Maranhão tem como sustentáculo a composição do universo cultural do Estado, em especial sua população, produção, atividades e dinâmicas culturais regionais e locais. Com esta perspectiva a Secretaria de Estado da Cultura estratificou a ação de governo em três dimensões.

A primeira preza pela promoção da inclusão social através do fazer cultural e, dessa forma, busca a concretização do potencial econômico da produção cultural maranhense, facilitando assim o alcance dos objetivos da política pública cultural e de desenvolvimento do Estado.

Outra dimensão estabelece o fortalecimento da identidade cultural maranhense, alcançado por meio da preservação e dinamização do patrimônio material e imaterial, garantindo a participação e o acesso da população aos bens e serviços culturais, promovendo o diálogo com a sociedade e democratizando as políticas públicas de cultura.

A última dimensão visa à consolidação da política de gestão cultural democrática e descentralizada. Nos últimos anos, os avanços na democratização, na descentralização e na diversidade da política cultural no Estado do Maranhão, permitem à Secretaria de Estado da Cultura prosseguir no sentido da consolidação do Sistema Estadual de Cultura, a partir dos sistemas municipais de cultura e dos subsistemas estaduais dos equipamentos culturais.

Linhas estratégicas

- » Promover encontros interdisciplinares que abordem as grandes temáticas da cultura;
- » Fomentar programas de arte e cultura que garantam geração de emprego e renda;
- » Promover e apoiar ações culturais sócio-educativas e inclusivas;
- » Realizar o mapeamento cultural do Estado do Maranhão.
- » Fomentar a produção, difusão e fruição das manifestações artístico-culturais;
- » Preservar o patrimônio cultural de natureza material e salvaguardar o patrimônio cultural de natureza imaterial;
- » Celebrar os 400 anos de São Luís;
- » Viabilizar a continuidade da realização de fóruns de cultura municipais e regionais;

- » Implementar a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e o Fundo Estadual de Cultura;
- » Incentivar e apoiar as prefeituras e câmaras municipais na criação de sistemas municipais de cultura;
- » Implementar os subsistemas estaduais dos equipamentos culturais.

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

De forma articulada e integrada com a Política Nacional de Assistência Social e com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social organiza suas ações em três linhas estratégicas.

A primeira trata da acessibilidade às políticas públicas e, nesse contexto, o Plano Plurianual 2012-2015 atribui atenção especial à população que vive em situações de vulnerabilidade, justamente por ser aquela que está distante dos direitos sociais fundamentais, as políticas, sobretudo, de educação, saúde e renda.

O distanciamento se agrava à medida que, historicamente, o foco das atenções dos programas de governo esteve concentrado no segmento capaz de dispensar a mão firme do estado para o alcance de seus objetivos. Faz-se mister reconhecer que mais da metade da população do estado não sabe como buscar serviços públicos essenciais, indispensáveis para superação de problemas pessoais e resolução de conflitos, que tornam amargas as relações sociais.

Nesse contexto, o Plano Plurianual 2012-2015 invoca a função alocativa do orçamento e estimula a atuação do poder público estadual como condição essencial para promover o acesso dessa população a bens e serviços que lhes são devidos como direito de cidadania.

Outro relevante eixo de atuação é a estruturação da rede de proteção social, que propiciará às famílias mais frágeis da população espaços de referência para atendimento de suas demandas.

A fragilidade das famílias se expressa também pela deficiente e insuficiente estrutura física dos equipamentos da rede de proteção social. O SUAS determina a implantação de unidades públicas estatais que façam interface com as demais políticas públicas articulando, coordenando e ofertando os serviços, programas, projetos e benefícios para as famílias conforme dispõe a Lei nº 12.435/2011.

Todo esse esforço somente será recompensado se forem asseguradas as condições básicas que contribuem para o aprimoramento e a viabilização dos serviços, projetos e benefícios da política de assistência social, fortalecendo-a no Estado do Maranhão.

Linhas estratégicas

- » Co-financiar benefícios eventuais;

- » Articular com as demais políticas públicas setoriais;
- » Estabelecer parcerias;
- » Co-financiar os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS;
- » Co-financiar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS;
- » Construir, reformar e adquirir equipamentos;
- » Elaborar e implantar uma Política Estadual de Capacitação;
- » Realizar estudos e diagnósticos;
- » Implantar o Sistema de Monitoramento e Avaliação via WEB.

Universalizar o Acesso aos Serviços de Saneamento Básico

Os diagnósticos do setor de saneamento no Estado mostram que os maiores déficits de cobertura dos serviços de água e esgoto, bem como as maiores necessidades de investimentos, estão vocacionados para atender aos segmentos sociais de menor renda, significa dizer, a população com menor capacidade de pagamento.

Estes casos, em geral, conformam os serviços de menor rentabilidade como é o caso do esgotamento sanitário. Neste sentido as ações governamentais serão direcionadas, por um lado, para subsidiar investimentos que tenham foco preciso nos mais necessitados e, por outro lado, para expansão e melhoramento da qualidade dos serviços, contemplando ações de fortalecimento da estrutura regulatória do setor, promoção dos processos decisórios de maior transparência e consistência e estímulo a padrões de investimentos.

Linhas estratégicas

- » Fomentar e prover as ações dos poderes municipais para elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico, conforme Lei Federal nº 11.445/07, com assessoramento técnico da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, nos 143 municípios sob sua jurisdição, e da Secretaria Adjunta de Saneamento da Secretaria de Estado da Saúde, nos demais 74 municípios;
- » Prover meios para reestruturação organizacional da CAEMA, viabilizando seu desenvolvimento institucional e catalizando as ações para a estruturação organizacional das autarquias municipais;
- » Dotar o Estado de obras de infraestrutura referentes ao saneamento, obedecendo aos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Assegurar a Implantação dos Processos de Preservação e Conservação Ambiental

O Plano Plurianual para a área ambiental e de recursos hídricos se insere no contexto maranhense de demandas por políticas públicas em um cenário de grandes oportunidades, com investimentos vultosos em áreas estruturantes do setor energético, de transporte e agroindustrial.

Nesse cenário os recursos ambientais ocupam lugar estratégico como promotores de desenvolvimento, com destaque para os recursos minerais, terrestres ou marinhos, os recursos hídricos, florestais, do mar e pesqueiros. Assim, faz-se necessário desenvolver um conjunto de linhas programáticas que norteiem o planejamento da Secretaria Estado do Meio Ambiente – SEMA, órgão de política e gestão ambiental do Estado.

O **planejamento e a qualidade ambiental**, na perspectiva de planejar e executar ações articuladas e pautadas em informações qualificadas, são fundamentais para recuperação, manutenção e promoção da qualidade ambiental no Estado.

A **educação e gestão ambiental compartilhada**, buscando promover mudanças de valores e atitudes para o planejamento de ações sistêmicas e integradas nas várias esferas de governo, com a sociedade civil e a iniciativa privada, visa o fortalecimento da política socioambiental e dos mecanismos de governança.

A **conservação e preservação ambiental** para proteção, recuperação e uso sustentável dos recursos ambientais do Maranhão promove a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento autêntico.

O **controle ambiental** da operação de atividades e empreendimentos que, efetiva ou potencialmente, poluam ou causem impactos ambientais ao utilizarem os recursos ambientais limita os efeitos danosos dessas atividades econômicas sobre o meio ambiente.

E, por fim, para alcançar a **sustentabilidade econômica da gestão ambiental** busca-se a promoção e articulação do uso de fontes estáveis de financiamento, assegurando permanentemente, os recursos financeiros, materiais e humanos para a sustentabilidade da gestão ambiental estadual e maior eficácia da programação.

Linhas estratégicas

- » Incluir a questão ambiental na formulação e implementação das políticas públicas, de forma a assegurar e promover as condições para o desenvolvimento sustentável;
- » Adotar programas de recuperação ambiental de rios e mananciais;

- » Adotar políticas e estratégias de gestão de florestas e combate à desertificação;
- » Regulamentar a adoção de tecnologias limpas para os empreendimentos industriais;
- » Eliminar estímulos e incentivos a processos produtivos comprometedores da qualidade ambiental;
- » Estimular e incentivar os municípios no sentido da estruturação dos órgãos locais de meio ambiente;
- » Expandir e consolidar as ações de educação ambiental, em parceria com os municípios;
- » Definir áreas e desenvolver projetos para criação de novos parques botânicos;
- » Incentivar e apoiar a criação de Comitês de Bacias;
- » Implantar e consolidar unidades de conservação em ambientes terrestres e marinhos;
- » Incentivar a manutenção e a restauração de áreas de preservação;
- » Desenvolver e aperfeiçoar , em parceria com universidades e organizações não-governamentais, estudos e pesquisas sobre meio ambiente, biodiversidade e recursos naturais, com vistas à sua utilização racional e sustentável;
- » Elaborar, em parceria com os municípios, a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
- » Incentivar a implantação de sistemas produtivos de baixa emissão de carbono com práticas sustentáveis como: integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), sistemas de plantio direto, recuperação de pastagens degradadas, fixação biológica de nitrogênio, dentre outros.

Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado

Diante das oportunidades surgidas pelo novo contexto econômico, o Governo do Estado vem empreendendo esforços na captação e viabilização de novos investimentos capazes e gerar milhares de empregos, renda, divisas e trabalho para os maranhenses.

Nesse cenário, a leitura do Estado é que investimento e emprego devem caminhar lado a lado. Assim, a carência de mão de obra técnica e profissional qualificada, representa um dos principais desafios para o desenvolvimento econômico do Maranhão.

Os investimentos industriais e em serviços, que já começam a transformar o Estado, irão demandar, em um prazo relativamente curto, um contingente de recursos humanos qualificados. Assim, torna-se estratégico incentivar a formação da mão de obra necessária, sob pena de vermos estes recursos serem importados de outros estados e até do exterior.

A falta de mão de obra qualificada impõe uma série de desafios. De modo mais detalhado, as questões mais urgentes a serem superadas nos próximos anos são: disponibilidade de mão de obra técnica adequada, treinada e qualificada; dedicação de tempo de trabalho para formação; investimentos em programas de capacitação interna; recursos financeiros; e custos de formação.

Assim, a criação de programas específicos de qualificação profissional e de formação de técnicos e especialistas de alto nível, é fundamental para atrair o interesse de jovens maranhenses para o atendimento das necessidades identificadas nas áreas prioritárias, que guardem relação direta com os investimentos em curso no Estado.

No âmbito da atuação do Sistema de Desenvolvimento Agrário faz-se importante considerar a preparação do trabalhador rural, no que se refere à sua ação na produção agropecuária, gerando com isto uma melhoria na produtividade, a inserção dos mesmos no mercado e sua fixação no campo.

No segmento do turismo, criar mecanismos de valorização e qualificação da atividade turística voltados à comunidade e aos prestadores de serviços turísticos do Estado, difundindo informação, tecnologia e conhecimento científico.

Linhas estratégicas

- » Disponibilizar mão de obra técnica adequada, treinada e qualificada;
- » Expandir os centros de formação e capacitação profissional;
- » Ampliar os investimentos públicos;
- » Promover a dispersão territorial do mercado de trabalho;
- » Viabilizar a formulação de modelos que privilegiam a formação e a capacitação voltada para o atendimento das prioridades regionais;
- » Promover o aprimoramento das habilidades do jovem rural buscando um padrão sucessório para a agricultura familiar sustentável, visando à geração de emprego e renda;
- » Preparar mão de obra de acordo com exigência do mercado.

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação

O desenvolvimento socioeconômico de uma região é consequência direta do desenvolvimento científico e tecnológico promovido, entre outras, pelas instituições de pesquisa existentes. Essa dependência acentua-se ainda mais pelo fato das modernas economias terem como premissa básica a sustentabilidade dos seus recursos renováveis.

A falta de sistematização na produção do conhecimento científico e tecnológico vem dificultando o acesso da sociedade maranhense, em seus diversos segmentos econômicos, aos novos conhecimentos desenvolvidos. Para combater essa carência o Governo do Estado apoiará o desenvolvimento, sistematização e divulgação da produção científica e tecnológica.

A dinamização da articulação dos diversos atores da área de Ciência, Tecnologia e Inovação exige a atuação de um órgão coordenador estadual que promova a coordenação, o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia, ensino superior e desenvolvimento tecnológico.

O Estado do Maranhão ressentia-se da inexistência de um órgão central para planejar, coordenar e dirigir as ações governamentais voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico. Com a criação da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SECTEC, o Governo do Estado pretende suprimir essa lacuna em sua atuação.

Para a geração do conhecimento científico e tecnológico é preciso formação. Significativa parcela da população maranhense não possui formação de nível superior, dificultando a absorção dos conhecimentos científicos e tecnológico e interferindo, negativamente na qualidade do ensino ministrado nas escolas maranhenses.

Para minimizar esse efeito, o Governo do Estado promoverá a formação profissional da população maranhense visando garantir o seu acesso às oportunidades de emprego e renda advindos dos empreendimentos em implantação no Estado.

Os índices de desenvolvimento humano da sociedade brasileira estão abaixo do valor estabelecido pelos organismos internacionais e, no caso específico da realidade maranhense, a situação é mais grave, uma vez que, esses indicadores estão abaixo da média nacional. Acredita-se que a transformação dessa realidade implica principalmente na efetivação de uma política educacional voltada para a emancipação do ser humano, com vistas a sua participação ativa no desenvolvimento social, político e econômico do Estado.

Nesse contexto, inserem-se as universidades estaduais do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Virtual do Maranhão -

UNIVIMA, com o fim precípuo de produzir, preservar e disseminar o conhecimento sistematizado, baseando suas ações na indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

Assim, a UNIVIMA e a UEMA concentram a função de adequar o ensino, desenvolvido através de cursos (regulares e sequenciais, do programa de qualificação de docentes nas modalidades presencial e a distância e cursos tecnólogos), às necessidades da realidade local, atualizando seus currículos, inovando suas metodologias de ensino e implantando novos cursos de acordo com a demanda de profissionais no Estado, ampliando, assim, seus esforços para que sua contribuição seja significativa.

Linhas estratégicas

- » Definir as linhas de pesquisa, de conformidade com a demanda do Estado;
- » Formar grupos de pesquisa em áreas prioritárias para o Estado;
- » Buscar parcerias no setor público e privado, através de recursos materiais, financeiros e tecnológicos;
- » Capacitar o corpo técnico e administrativos dos laboratórios de instituições de ensino e pesquisa;
- » Implementar uma política de incentivo à produção científica;
- » Promover e divulgar a produção científica em todos os meios de comunicação;
- » Incentivar a iniciação científica para discentes;
- » Articular e coordenar as atividades necessárias à sistematização dos programas da área de Ciência e Tecnologia;
- » Identificar a demanda regional por cursos de graduação e implantá-los;
- » Manter atualizados os projetos pedagógicos dos cursos existentes e elaborar os projetos pedagógicos dos cursos a serem implantados;
- » Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, com vistas a vinculação da vivência teórico-prática;
- » Estabelecer parcerias com instituições com vistas a viabilizar o espaço físico necessário para a instalação dos novos cursos;
- » Adquirir livros e equipamentos para implantação e ampliação de bibliotecas e laboratórios;
- » Estabelecer mecanismos de avaliação com vistas a retro-alimentação do processo ensino-aprendizagem.

Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais

O sistema produtivo do Maranhão encontra-se fortemente ancorado em segmentos econômicos tradicionais.

O Estado vive um momento de grande expectativa por conta dos aportes de expressivos empreendimentos econômicos que vão alavancar o desenvolvimento estadual. Nesse sentido, é preciso a ação do Governo de modo a explorar as oportunidades, visando incorporar ao sistema produtivo o potencial estadual para formação de cadeias produtivas, que possibilitem a inclusão social de milhões de maranhenses.

Esse cenário exige políticas públicas que combinem as duas vertentes do desenvolvimento estadual numa visão de produção de bens e serviços com maior custo agregado e com elevado e avançado conteúdo tecnológico.

É importante promover a competitividade econômica regional e local visando modernizar a base produtiva instalada e fortalecer os centros dinâmicos nos seus diferentes setores a exemplo da agricultura familiar e turismo, entre outros.

Linhas estratégicas

- » Desenvolver as capacidades locais na geração, absorção, difusão de informação e conhecimento científico e tecnológico;
- » Promover a atração de investimentos visando à dinamização econômica e de infraestrutura (distrito industrial, turismo);
- » Induzir a alocação de investimentos privados, amparados nas vantagens competitivas;
- » Incentivar a implantação da agroindústria para a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, com a geração de trabalho e renda nesse segmento agrícola;
- » Implementar sistemas de transição agrícola em áreas de assentamentos e comunidades tradicionais;
- » Desenvolver arranjos produtivos locais, como instrumento integrador da indústria local com os grandes projetos industriais que vêm sendo implantados no Maranhão;
- » Modernizar a base produtiva garantindo a geração de renda e empregos.

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos

A contribuição do setor agrícola no desempenho das atividades econômicas do Estado representa 22,2% no valor adicionado bruto do Estado a preço básico (2008), demonstrando um enorme significado no crescimento do Estado, dado seu potencial para alavancar o crescimento com inclusão social.

O problema mais urgente é a necessidade de maior expansão da produção de alimentos com simultâneos ganhos de produtividade. Nesse sentido a agricultura familiar desempenha um papel fundamental.

No que diz respeito às áreas da pesca e da aquicultura, o Maranhão tem um grande potencial com capacidade de elevar significativamente a sua produção desde que tenha planos de pesca e de aquicultura elaborados de forma a orientar a atração de investidores, que organize a produção, reduza o desperdício ao longo da cadeia produtiva e produza cadastramento de pescadores e aquiculturas e as informações do setor.

Linhas estratégicas

- » Promover a elevação da produção e da produtividade dos sistemas produtivos dos negócios da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura;
- » Ampliar a atividade agropecuária irrigada (fruticultura, hortaliças, grãos e pastagens);
- » Implantar sistema de informações para investidores do agronegócio;
- » Erradicar a febre aftosa visando viabilizar a exportação da carne e derivados;
- » Promover a capacitação e a produtividade da mão de obra no meio rural;
- » Promover o associativismo e o cooperativismo;
- » Desenvolver sistema de informações agroeconômicas;
- » Fomentar e promover a agropecuária apoiando exposições e feiras agropecuárias;
- » Criar ambiência institucional através da reestruturação do Sistema SAGRIMA e fortalecimento das institucionalidades locais;
- » Fomentar a assistência técnica na aplicação de tecnologias produtivas;
- » Distribuir insumos básicos e implementos agrícolas necessários a produção agrícola;
- » Melhorar o processo de comercialização e produção familiar;
- » Disponibilizar crédito rural;

- » Disponibilizar áreas aos agricultores através da arrecadação, demarcação e titulação definitiva de terras, bem como implantar assentamentos agrários;
- » Fortalecer as micro e pequenas empresas.

Oferecer Infraestrutura, Logística e Transportes de Qualidade

Esta diretriz tem como propósito gerar externalidades positivas por meio da facilitação da circulação de pessoas, produtos e serviços, tanto dentro como fora do estado.

A melhoria dos indicadores econômicos e sociais depende das facilidades que o transporte rodoviário oferece. Para isso é necessária a recuperação, conservação e pavimentação de rodovias, da infraestrutura viária do Estado e dos acessos aos municípios.

Também são necessários mecanismos objetivando alternativas sustentáveis modais e intermodais de modo a desenvolver economicamente o Estado, reduzindo custos na distribuição de produtos agrícolas.

Proporcionar melhores condições de trabalho nos serviços públicos, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas para o público portador de deficiências, com oferta de novos e melhores prédios e logradouros públicos, bem como a implantação e pavimentação de vias urbanas.

Linhas estratégicas

- » Dotar o Estado de infraestrutura econômica em seus pólos mais dinâmicos, em particular no que se refere à oferta de energia elétrica, logística e transporte, financiamento da agricultura, portos e aeroportos;
- » Mitigar os gargalos da infraestrutura, logística e transporte;
- » Universalizar o acesso rodoviário às sedes municipais;
- » Adequar a infraestrutura da capital e entorno para atender às demandas criadas com a implantação dos grandes empreendimentos.

Modernizar a Gestão Pública

O desafio de modernizar a gestão se insere na agenda do Governo dada sua importância para que o Estado tenha condições efetivas de propiciar as respostas que a sociedade demanda.

Vale destacar, ainda, que a organização do Estado ou a administração pública, para cumprir o seu papel, deve ser eficiente e eficaz no fornecimento dos serviços

exigidos pelos cidadãos. Assim, quais são os principais problemas e quais as suas consequências para o funcionamento do Estado?

As respostas a esta pergunta são do tamanho do desafio que o governo terá para desenvolver políticas públicas para as funções básicas, incluindo planejamento, gestão de pessoas, modernização das estruturas organizacionais, novos modelos de gestão, implantação de mecanismos de coordenação e integração, intensificação do uso de tecnologia, em especial estabelecimento de sistemas de informação e modernas ferramentas de gestão.

Linhas estratégicas

- » Profissionalizar e capacitar continuamente a força de trabalho;
- » Criar e gerenciar carreiras específicas alinhadas às necessidades da administração e pensadas em uma perspectiva estratégica;
- » Utilizar da lógica de gestão por competências para melhor alocação e uso dos talentos individuais da força de trabalho;
- » Implementar sistemáticas de incentivo e responsabilização;
- » Simplificar os processos de trabalho, diminuindo o excesso de regras e controles;
- » Orientar a atuação do Estado para resultados e rever os mecanismos e instrumentos destinados a avaliar o desempenho institucional e a incentivar a boa gestão;
- » Redefinir os instrumentos do ciclo de gestão, propiciando melhor articulação entre planejamento e orçamento;
- » Revisar o modelo de gestão orçamentária de forma a orientá-lo para resultados, tornando-o menos rígido e mais descentralizado;
- » Intensificar o uso de ferramentas de apoio ao gerenciamento e à gestão do conhecimento, bem como estimular o mapeamento, disseminação e incorporação de boas práticas de gestão;
- » Revisar o marco legal de forma a propiciar as condições estruturais necessárias e adequadas para a implementação de mudanças de paradigmas na gestão pública estadual.

ANEXO IV

Avaliação - Plano Plurianual 2012-2015 - Orientações para Elaboração – Exercício 2014

INDICADORES DO PAINEL
Constantes na PPA 2012-2015 (Pág. 83)

5 – INDICADORES

O Plano Plurianual 2012-2015, respeitando o disposto no artigo 2º, a), da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, utilizará os seguintes indicadores como instrumentos de mensuração dos programas de governo:

Tabela 35 - Indicadores do Plano Plurianual		
Indicador	Fonte	Índice mais recente
1. Percentual de domicílios com renda per capita na linha da extrema pobreza - 2010	IMESC; IBGE	34,5%
2. Distorção idade-série no ensino fundamental - 2010	IMESC; Secretaria de Estado da Educação; MEC/INEP	30,5%
3. Distorção idade-série no ensino médio - 2010		48,3%
4. Índice de desenvolvimento da educação básica do ensino fundamental - anos finais (5ª a 8ª série) 2009		3,6
5. Médicos por habitantes (mil) - 2010	IMESC; DATASUS	0,58
6. Leitos de internação por habitantes (mil) - 2010		2,45
7. Número de eleitores pelo grau de instrução - 2009	IMESC; TSE; IBGE	4.182.520
7.a. Analfabeto		634.152
7.b. Lê e escreve		1.022.523
7.c. Ensino fundamental incompleto		1.303.974
7.d. Ensino fundamental completo		230.794
7.e. Ensino médio incompleto		568.800
7.f. Ensino médio completo		346.051
7.g. Superior incompleto		30.384
7.h. Superior completo		41.140
7.i. Não informado		4.702
7.j. Total		4.182.520
7.k. Percentual de eleitores analfabetos e que apenas sabem lê e escrever em relação ao total de eleitores (analfabetismo funcional)		39,6%
8. Taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais de idade) - 2010		20,9%
9. Número de homicídios - 2010	SIM - Sistema de Informação de Mortalidade	1.480
10. Número de famílias beneficiadas por programas sociais	IMESC; MDS	-
10.a. Número de famílias que recebem bolsa família - jun/2011		902961
10.b. Número de famílias assistidas pelo programa viva água - 2010		166.193
10.c. Número de famílias assistidas pelo programa viva luz - 2010		367.001

Indicador	Fonte	Índice mais recente
11. Percentual de domicílios com abastecimento de água da rede geral de distribuição em relação ao total de domicílios - 2010	IMESC; IBGE	65,9%
12. Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) em relação ao total de domicílios - 2010		26,7%
13. Percentual de domicílios com coleta de lixo por serviço de limpeza em relação ao total de domicílios	IBGE; INPE/PRODES DIGITAL, 2008/2009; Ministério do Meio Ambiente; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2010	55,8%
14. Taxa de desmatamento municípios da Amazônia legal - 2009		30,97%
15. Taxa de desmatamento municípios do cerrado - 2008		7,0%
16. Focos de queimada 2008-2009		71.290
17. Emprego formal x PIA - 2010	IMESC; MTE/RAIS; IBGE	14,0
18. Remuneração média dos trabalhadores formais (R\$) - 2010		1.303
19. Matrículas nos cursos de graduação presenciais - 2009	MEC/INEP; MTE/RAIS	77.295
20. Empregados formais com mestrado e doutorado - 2010		814
21. PIB per capita (em R\$) - 2008	IMESC; IBGE; Sistema FIRJAN	6.104
22. Índice de desenvolvimento municipal - 2008		-
23. PIB per capita dos municípios do Estado do Maranhão - nova série (em R\$) - 2008		6.104
24. Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal - 2007		0,590
25. Valor adicionado da agropecuária (em mil R\$) - 2008	IMESC; IBGE	7.682.048
26. Valor da produção da lavoura – temporária e permanente		2.196.205
27. Valor da produção de leite (em mil R\$) - 2009		255.367
28. Efetivo de bovinos (cabeças) - 2009		6.885.265
29. Efetivo de aves (cabeças) - 2009		11.017.134
30. Municípios cuja sede tenha acesso pavimentado		186
31. Percentual de domicílios com energia elétrica da companhia distribuidora em relação ao total de domicílios - 2010		99,5
32. Taxa de investimento público (%) - 2010	IMESC; FINBRA; IBGE; MTE/RAIS	10,83
33. Arrecadação de IPTU em relação ao total de domicílios – 2010		27,38
34. Arrecadação de ISS em relação a massa de rendimento salarial dos empregados formais do setor de serviços - 2010		1,45